

CAMPANHA SALARIAL

Ampliada da Fenajufe

reafirma luta com federais

para forçar governo a negociar

A Reunião Ampliada da Fenajufe, realizada no final de semana em Brasília, aprovou a participação dos servidores do Judiciário Federal nas atividades organizadas pelo conjunto do funcionalismo federal. Está previsto um dia de paralisação - com ato em Brasília - em meados de março e indicativo de início de Greve para o começo de abril

As entidades sindicais dos servidores federais voltam a se reunir em 18 de fevereiro para definir o melhor dia de março para o ato em Brasília - foram indicados os dias 19 e 26.

A campanha salarial unificada reivindica uma política salarial permanente; paridade entre ativos, apo-

sentados e pensionistas; definição de data-base (1º de maio) com revisão dos salários e a regulamentação da negociação coletiva.

Também está na pauta de reivindicações a retirada de projetos no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; cumprimento, por parte do governo, de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação, bem como a antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015 e o reajuste nos benefícios.

Além dessas reivindicações, os servidores públicos seguem lutando pela revogação da lei que criou a Previdência Complementar do

Servidor Público Federal (Funpresp) e em defesa da Previdência Pública para todos.

Lançamento nacional

A Reunião Ampliada de sábado, que teve a participação do Coordenador do SINTRAJUSC Paulo Koinski, começou com informes sobre a campanha salarial unificada com os SPFs, iniciada no dia 22 de janeiro com atividades nos estados, e que teve seu lançamento nacional em Brasília, no dia 5 de fevereiro, em frente ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a presença de mais de 600 servidores.

A avaliação do ato foi bastante

**HOJE TEM REUNIÃO SETORIAL, ÀS
17H, NA ENTRADA DA JF. PARTICIPE!**

positiva e reforçou a disposição para realização de uma grande Greve nacional unificada caso o governo não atende as reivindicações e mantenha sua série de ata-

ques aos servidores, como a falta de diálogo para negociação, a política de congelamento salarial enquanto mantém um gasto excessivo com o pagamento de uma dí-

vida externa sem a realização de auditoria para comprová-la, a privatização da previdência, com a criação do Funpresp, entre outros. (Fenajufe e Sintrajud)

Pauta específica do Judiciário Federal

Além da pauta geral de reivindicações já protocolada junto aos três poderes, a Fenajufe oficiará os Tribunais Superiores e Conselhos com a pauta de reivindicações específicas:

- reposição das perdas salariais acumuladas desde junho de 2006, com base no acumulado do ICV-Diesse;
- antecipação da 3ª parcela da reposição salarial prevista para janeiro de 2015 para 2014;
- definição de política salarial permanente com respeito à data-base;
- aprovação do PL 319/2007 (dispõe sobre a carreira dos servidores), na sua versão original;

- abertura de mesa de negociação para tratar da pauta de reivindicações;
- criação de comissão interdisciplinar paritária entre Fenajufe e Tribunais Superiores para discutir carreira e condições de trabalho, e não apenas GTs para tratar de carreiras específicas isoladas para tribunais superiores;
- aumento dos valores repassados aos benefícios (saúde, alimentação, creche etc), com extensão desses benefícios a aposentados e pensionistas, além da extensão a todo o Judiciário Federal do fornecimento de remédios para doenças crônicas a aposentados feito pelo TRF da 2ª Região;
- pagamento dos passivos devidos aos servidores;

- posição contrária à criação de aumento de CJs e FCs no Judiciário Federal (PLs 5382/13 e 5426/13);
- posição contrária à PEC 59/13, que dispõe sobre a criação do estatuto dos servidores do Poder Judiciário;
- cobrar do Poder Judiciário o cumprimento da previsão constitucional da auditoria da dívida pública;
- lutar pelo reenquadramento dos auxiliares de nível intermediário;
- lutar pela aprovação do projeto de lei de isonomia dos chefes de cartório;
- formalização de critérios objetivos para remoção e redistribuição no Judiciário Federal;
- jornada de 6 horas, com pausa.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA no dia 13 de fevereiro do ano de 2014, quinta-feira, às 18h00, em continuidade à As-

sembleia do dia 07 de fevereiro de 2014, na rampa do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Centro, Florianópolis/SC, com os seguintes pontos de pauta:

- 1 - Informes;
- 2 - Deliberação sobre a exposição do juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, coordenador do Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o PJe de 1º grau do CSJT, no TRT-SC;
- 3 - Deliberações sobre os encaminha-

mentos da plenária dos SPFs, em continuidade à campanha dos Servidores Públicos Federais;

- 4- Gratificação Judiciária, URV e reenquadramento na JF;
- 5- Discussão sobre isonomia de chefes de cartórios do TRE;
- 6- Outros assuntos.

Coordenação Geral do Sintrajusc

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2014

NESTA QUINTA, 13, ÀS 18H, ASSEMBLEIA NO TRT-SC

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 600 exemplares